

EUA: Futuro do Brasil depende do Congresso

EDGARDO COSTA REIS
Correspondente

WASHINGTON — O Secretário do Tesouro, Donald Regan, alertou ontem que a salvação e o futuro do Brasil estão agora nas mãos do Congresso brasileiro, já que sem um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e sem créditos bancários comerciais, ele “tremeiria” ao pensar qual seria o futuro do País.

Mas esta é uma decisão que os próprios brasileiros devem tomar. Não é minha decisão. E acho que se houver um programa do FMI para o Brasil, o País tem capacidade para ser uma das grandes nações do mundo durante a próxima década ou a seguinte — assinalou Regan.

O Secretário do Tesouro foi o porta-voz da reação do Governo americano à rejeição pelo Congresso brasileiro, do Decreto-Lei 2.024. A imprensa americana também dedicou ontem grande espaço ao que o jornal “The Washington Post” classificou de “grande derrota do Governo brasileiro”. Tanto o “Post” como o “The Wall Street Journal” e o “The New York Times” advertiram para as dificuldades que o Executivo brasileiro enfrentará na implementação do programa com o Fundo Monetário.

No Fundo Monetário Internacional, que começou ontem a receber os representantes de 146 países que participarão da Assembléia Anual, na próxima semana, fontes financeiras disseram que a aprovação da redução dos aumentos salariais pelo Congresso brasileiro é “essencial” para dar continuação ao programa negociado com o FMI.

Seja qual for o artifício que venha a ser usado no caso de o Congresso rejeitar a iniciativa, as mesmas fontes chamaram a atenção para a necessidade de as contenções salariais estarem “em vigência”, para que o Fundo aprove o programa. Além dessa redução dos aumentos de salários, o deficit orçamentário e a inflação são os elementos fundamentais que terão de ser observados pelo Brasil.

A redução dos aumentos salariais, conforme o Decreto-lei 2.045, ainda a

ser votado no Congresso, é componente crucial no programa com o FMI. Caso seja rejeitada a iniciativa de limitar os aumentos salariais, o programa com o Fundo será automaticamente suspenso. E como todos os empréstimos adicionais, de fontes privadas e oficiais (como a linha de crédito de US\$ 1,5 bilhão aberta pelo Eximbank), estão condicionados ao acordo com o FMI, o Brasil veria fechadas todas suas fontes de crédito.

Durante entrevista aos correspondentes estrangeiros, ontem, o Secretário do Tesouro americano negou-se a comentar a decisão do Congresso brasileiro que considerou uma questão puramente interna e, no caso do Decreto-lei 2.024, sem ligação direta com o FMI. Mas como a votação pode ser interpretada como sinal da disposição do Congresso de rejeitar também o Decreto 2.045, Regan — deixando clara sua familiarização com a situação brasileira — advertiu sobre o impacto que essa rejeição dos controles salariais poderia ter.

— Tenho grande esperança de que o Congresso brasileiro venha a concordar com os termos do decreto, porque acho que o empréstimo do FMI e os empréstimos adicionais dos bancos comerciais serão a salvação do Brasil. Se o Brasil não contar com um programa com o FMI e, conseqüentemente, não receber créditos comerciais adicionais, prefiro não pensar qual será o seu futuro.

Assim, o futuro dos brasileiros está nas mãos do Congresso brasileiro.

Regan, que reuniu a imprensa para também manifestar seu descontentamento com o Congresso americano, que, segundo ele, não parece disposto a autorizar o aumento da contribuição americana (US\$ 8,4 bilhões) ao Fundo Monetário, tocou superficialmente na questão dos atrasos dos pagamentos do Brasil, minimizando o problema ao dizer que é uma questão que “os bancos terão que tratar com o Sr. Pastore (o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore), que vai procurar a maneira de acomodá-los até que os empréstimos do Fundo Monetário sejam liberados”.